



Prefeitura Municipal de Guanhanes

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 011 /95.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Guanhanes, relativos ao exercício de 1996.

Art. 2º - Na Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 1995.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária observará as seguintes diretrizes:

I - atualizará os valores bases do projeto de Lei segundo a variação de preços prevista para o exercício, compreendido entre os meses de julho a dezembro de 1995.

II- Estimará os valores da receita e fixará os valores da despesa de acordo com a variação de preços prevista para o exercício de 1996.

Art. 3º - Na estimativa das receitas próprias, serão considerados:

I - as alterações da legislação tributária e os efeitos decorrentes das modificações para o exercício;

II- os fatores que influenciam as arrecadações dos impostos e taxas.

III- os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte.

Parágrafo Único - a estimativa da receita de transferências terá como base informações de órgãos externos;

Art. 4º - Na definição de gastos Municipais, serão con-

Aprovado em 1ª e 2ª discussão
Sala das sessões 25/09/95
Dei. Luciano Diniz -
PRESIDENTE



Prefeitura Municipal de Guanhanes

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

siderados aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando em conta:

I - a carga de trabalho estimado para o exercício de 1996;

II - os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;

III - a receita de serviço quando este for remunerado;

IV - a projeção de gastos com o pessoal do serviço público municipal, com base no Plano de Cargos e Carreiras da administração direta de ambos os poderes, da administração indireta e dos agentes políticos;

V - a importância das obras para a população;

VI - o patrimônio do Município, suas dívidas e encargos.

Art. 5º - As receitas Municipais serão programadas prioritariamente para atender:

I - ao pagamento da dívida Municipal e seus serviços;

II - ao pagamento de sentenças judiciais em cumprimento ao que dispõe o art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;

III - ao pagamento de pessoal e encargos sociais;

IV - à manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - à manutenção dos programas de saúde;

VI - ao fomento à agropecuária;

VII - aos recursos para a manutenção da atividade administrativa operacional;

VIII - à contrapartida de programas pactuados em convênio.

Parágrafo Único - Os recursos constantes dos incisos I, II, III e VII terão prioridade sobre qualquer outro.

Art. 6º - Na programação de investimentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, serão observados os seguintes princípios:

I - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos.



Prefeitura Municipal de Guanahães

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotações destinadas aos investimentos que tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira comprovadas, ressalvados aqueles de caráter emergencial e, ou aqueles cujo alcance se mostre mais abrangente.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos e taxas de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por conveniência, possam vir a ser executadas pelo Município;

III - de transferências, por força de mandato constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas;

IV - de empréstimos e financiamentos com prazo superior ao exercício e vinculados a obras e serviços públicos;

V - de empréstimos tomados para pagamento no exercício;

VI - receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades ou fundos de administração Municipal.

Art. 9º - Na fixação das despesas para o exercício de 1996, será assegurado o seguinte:

I - aplicação do mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 10º - As despesas com pessoal ativo e inativo terão como limite máximo 60% (sessenta por cento) da receita corrente.

Art. 11º - Os valores a serem orçados para o Poder Legislativo não poderão ser em nível percentual, inferiores ao previsto para o exercício de 1995.

Art. 12º - A Câmara Municipal poderá enviar ao Poder Executivo a previsão detalhada de suas despesas, caso contrário serão man



Prefeitura Municipal de Guanhães

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

tidos os mesmos programas de trabalho, bem como os mesmos valores em nível percentual, previstos para 1995.

Parágrafo 1º - A despesa com a remuneração dos Veradores não ultrapassarão de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Art. 13º - Na Lei Orçamentária anual para 1996, a discriminação da receita e da despesa far-se-á consoante as exigências da Lei Federal 4.320/64 e normas complementares.

Art. 14º - As prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridas em 1996, são as contidas no Plano Plurianual, acrescidos da queles previstos e não cumpridos no orçamento do Município para 1995.

Parágrafo Único - No exercício de 1996, as metas e quantitativas previstos para 1995 terão prioridade sobre os demais.

Art. 15º - O orçamento anual poderá consignar recursos ' para financiar serviços incluídos nas suas funções, a serem executados por entidades de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecidas' de utilidade pública, mediante convênio e tenha demonstrado eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 16º - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar ' todos os tributos de sua competência, em especial a contribuição de melhoria.

Art. 17º - O Poder Executivo fica obrigado a diminuir o volume da dívida ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 18º - Os Fundos Especiais, bem como a administração indireta, terão seus orçamentos em separado, os quais serão incluídos no projeto de Lei Orçamentária do Município.

Art. 19º - É vedado a inclusão de matéria estranha à proposta orçamentária a ser apresentada.

Art. 20º - As operações de crédito internas e/ou externas, não poderão ultrapassar o montante das despesas de capital.



Prefeitura Municipal de Guanhães

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 21º - Fica autorizado a abertura de créditos suplementares ao orçamento de 1996, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa prevista, utilizando para isso o excesso de arrecadação efetivamente realizado no exercício.

Art. 22º - Fica também autorizado a anulação total e/ou parcial de dotações previstas no orçamento de 1996, como recursos para abertura de créditos suplementares.

Art. 23º - Fica autorizado a realização de operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15% (quinze por cento) do total da receita estimada para o exercício de 1996.

Art. 24º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Guanhães, aos 23 de maio de 1995

Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal